

Regulamento do Conselho Coordenador da Avaliação do Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, I.P. (INSA,I.P.)



A Lei n° 66-B/2007, de 28 de dezembro, alterada pela Lei n° 66-B/2012, de 31 de dezembro, estabelece o sistema integrado de gestão e avaliação do desempenho na Administração Pública (SIADAP). De acordo com o artigo 55° daquela lei, intervêm no processo de avaliação do desempenho no âmbito de cada serviço o avaliador, o avaliado, o conselho coordenador da avaliação, a comissão paritária e o dirigente máximo do serviço.

As competências do Conselho Coordenador da Avaliação encontram-se previstas no artigo 58° da Lei n° 66-B/2007, de 28 de dezembro, sendo que o regulamento de funcionamento deste conselho deve ser elaborado por cada serviço tendo em conta a sua natureza e dimensão.

Assim, o Conselho Coordenador da Avaliação do Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, I.P. (INSA, I.P.), na reunião de 18 outubro de 2013, deliberou por unanimidade, aprovar o presente regulamento.

CAPÍTULO I

Objeto e âmbito

Artigo 1º

Objeto âmbito de aplicação

O presente regulamento define a composição, as competências e as regras de funcionamento do Conselho Coordenador da Avaliação (CCA) do Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, I.P. (INSA, I.P.), em cumprimento do disposto no nº6 do artigo 58° da Lei n° 66-B/2007, de 28 de dezembro.

CAPÍTULO II

Competências, composição e Funções

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]
[Handwritten initials]

Artigo 2º

Competências

1 - O CCA é o órgão que funciona junto do Presidente do Conselho Diretivo do INSA, I.P., competindo-lhe, designadamente:

- a) Estabelecer diretrizes para uma aplicação objetiva e harmónica do SIADAP 3, tendo em consideração os documentos que integram o ciclo de gestão referido no artigo 8.º, da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro;
- b) Estabelecer orientações gerais em matéria de fixação de objetivos, de escolha de competências e de indicadores de medida, em especial os relativos à caracterização da situação de superação de objetivos;
- c) Estabelecer o número de objetivos e de competências a que se deve subordinar a avaliação de desempenho, podendo fazê-lo para todos os trabalhadores do serviço ou, quando se justifique, por unidade orgânica ou por carreira;
- d) Garantir o rigor e a diferenciação de desempenhos do SIADAP 3, cabendo-lhe validar as avaliações de Desempenho relevante e Desempenho inadequado, bem como proceder ao reconhecimento do Desempenho excelente;
- e) Emitir parecer sobre os pedidos de apreciação das propostas de avaliação dos dirigentes intermédios avaliados;
- f) Exercer as demais competências que, por lei ou regulamento, lhe são cometidas.

Artigo 3º

Composição

1 - O CCA tem a seguinte composição:

- a) O Presidente do Conselho Diretivo do INSA, I.P., que preside ao CCA;
- b) O Vogal do Conselho Diretivo do INSA, I.P.;
- c) O Diretor do Centro de Saúde Pública Doutor Gonçalves Ferreira;
- d) O Diretor de Gestão de Recursos Humanos, do INSA, I.P.;
- e) O Diretor de Gestão de Recursos Financeiros, do INSA, I.P.;
- f) O Diretor de Gestão de Recursos Técnicos, do INSA, I.P..

2 - Quando o exercício das competências do CCA incidir sobre a avaliação do desempenho de dirigentes intermédios, tem a seguinte composição:



- a) O Presidente do Conselho Diretivo do INSA, I.P., que preside ao CCA;
- b) O Vogal do Conselho Diretivo do INSA, I.P.;
- c) O Diretor de Gestão de Recursos Humanos, do INSA, I.P..

3 – Nas suas faltas e impedimentos, o presidente é substituído pelo Vogal do Conselho Diretivo, do INSA, I.P..

4 – Não é permitida a representação de qualquer dos seus membros.

Artigo 4º

Competências do Presidente

1 - Ao Presidente do CCA compete, designadamente:

- a) Representar o conselho;
- b) Convocar, presidir e dirigir as reuniões do conselho;
- c) Garantir o funcionamento do conselho, de modo a assegurar a satisfação dos objetivos que lhe estão cometidos;
- d) Promover o cumprimento das deliberações, tomadas pelo órgão que preside;
- e) Abrir e encerrar as reuniões;
- f) Dirigir os trabalhos e assegurar o cumprimento da legislação e a regularidade das deliberações;
- g) Designar o secretário do conselho e seu substituto.

2 - Compete ao Presidente do CCA, na qualidade de dirigente máximo do serviço:

- a) Garantir a adequação do sistema de avaliação do desempenho às realidades específicas do serviço;
- b) Coordenar e controlar o processo de avaliação do desempenho;
- c) Fixar níveis de ponderação dos parâmetros de avaliação;
- d) Assegurar o cumprimento no serviço das regras estabelecidas na legislação em vigor em matéria de percentagens de diferenciação de desempenhos;
- e) Homologar as avaliações;
- f) Decidir das reclamações dos avaliados;
- g) Assegurar a elaboração do relatório da avaliação do desempenho, que integra o relatório de atividades do serviço no ano da sua realização;
- h) Exercer as demais competências que lhe são cometidas pela presente lei.



Artigo 5º

Funções do secretário

- 1 - O secretário e o seu substituto são designados pelo período de avaliação.
- 2 - O secretário e o seu substituto são designados dentro da estrutura de dirigentes do INSA, I.P.
- 3 - Cabe ao secretário colaborar com o presidente e executar os procedimentos técnico-administrativos relacionados com o CCA, designadamente:
 - a) Secretariar as reuniões e elaborar as respetivas atas;
 - b) Organizar o expediente e arquivo do conselho;
 - c) Apoiar o presidente na preparação da ordem de trabalhos.

CAPÍTULO III

Funcionamento

Artigo 6º

Reuniões do Conselho

- 1 - O CCA reúne ordinariamente:

- a) No último trimestre do ciclo avaliativo, para preparar o planeamento de objetivos e resultados a atingir, no sentido de estabelecer diretrizes para uma aplicação objetiva e harmónica do SIADAP, designadamente na fixação de orientações gerais em matéria de definição de objetivos, de escolha de competências e de indicadores de medida, em especial os relativos à caracterização da situação de superação de objetivos;
- b) Na segunda quinzena de janeiro do ano seguinte àquele em que se completa o ciclo avaliativo, com vista à harmonização das avaliações do SIADAP 3 e neste sentido proceder à análise das propostas de avaliação de forma a assegurar o cumprimento das percentagens relativas à diferenciação dos desempenhos;
- c) Durante o mês de março do ano seguinte àquele em que se completa o ciclo avaliativo, tendo em vista a validação das propostas, no SIADAP 3, com menções de desempenho relevante e de desempenho de inadequado, bem como proceder à análise do impacto do desempenho, designadamente para efeitos de reconhecimento de desempenho de excelente;



[Handwritten signature]
[Handwritten initials]
[Handwritten mark]

- d) Durante o mês de abril do ano seguinte àquele em que se completa o ciclo avaliativo, para elaborar o relatório de atividades que integra a auto avaliação do serviço nos termos previstos no nº 2 do artigo 15º da Lei nº 66-B/2007, de 28 de dezembro;
- 2 – O CCA reúne extraordinariamente, sempre que necessário, mediante convocação do Presidente ou sempre que pelo menos um terço dos Vogais deste conselho lho solicitem por escrito, indicando o assunto que desejam ver tratado.
- 3 – Compete ao Presidente agendar reuniões extraordinárias, por meio idóneo e com a antecedência mínima de setenta e duas horas, constando da convocatória a respetiva ordem de trabalhos.
- 4 – Todos os assuntos constantes da ordem de trabalhos são objeto de deliberação. Tratando-se de reuniões ordinárias, dois terços dos membros do CCA podem reconhecer urgência sobre deliberação respeitante a outros assuntos, não previstos na ordem de trabalhos.
- 5 – As reuniões do CCA não são públicas, sem prejuízo do disposto no artigo 8º do presente regulamento.

Artigo 7º

Votações

- 1 – O CCA delibera validamente quando esteja presente a maioria dos seus membros.
- 2 – As deliberações do Conselho são aprovadas por votação nominal e por maioria absoluta dos votos dos membros presentes.
- 3 – Em caso de empate na votação, o presidente tem voto de qualidade, salvo nas situações de voto secreto, em que se procede a nova votação, adiando para a reunião seguinte caso o empate subsista.
- 4 – As deliberações que envolvam a apreciação de comportamentos ou qualidades de pessoas são tomadas por votação secreta.
- 5 – Não podem estar presentes no momento da discussão, nem da votação, os membros que se encontrem ou se considerem impedidos.
- 6 – Não é admitida a abstenção nas votações dos membros do Conselho.

Artigo 8º

Colaboração de avaliadores e avaliados



[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

- 1- O CCA poderá solicitar, por escrito, aos avaliadores e aos avaliados, os elementos que julgar convenientes para o seu melhor esclarecimento.
- 2- Para o seu melhor esclarecimento, o CCA, poderá solicitar a presença de qualquer avaliador ou avaliado relativamente a decisões que lhe digam respeito, para prestar declarações ou qualquer tipo de informação.
- 3 - O CCA pode também convocar todos os avaliadores para reuniões preparatórias das deliberações que visem o esclarecimento de orientações gerais em matéria de fixação de objetivos, de escolhas de competências e de indicadores de medida, em especial os relativos à caracterização da situação de superação de objetivos, bem como estabelecimento do número de objetivos e de competências a que se irá subordinar a avaliação de desempenho.

Artigo 9º

Divulgação das percentagens máximas de avaliação

- 1 - A atribuição das percentagens máximas para as avaliações com menção de desempenho de relevante e das de desempenho de excelente é divulgada, através de despacho do Presidente do Conselho Diretivo do INSA, I.P., de forma que chegue ao conhecimento de todos os avaliadores.
- 2 - Anualmente até 31 janeiro do ano seguinte àquele em que se completa o ciclo avaliativo pode reunir com todos os avaliadores, para efeitos de harmonização da aplicação dos critérios definidos.
- 3 - A atribuição das percentagens previstas no número um deve ser feita de modo equitativo aos diferentes grupos profissionais.
- 4 - Compete ao Presidente do Conselho Diretivo do INSA, I.P., em exclusividade, a atribuição das percentagens máximas previstas no nº 1 do artigo 75º da Lei nº 66-B/2007, de 28 de dezembro.

Artigo 10º

Ata da reunião

- 1 - De cada reunião será lavrada ata, que conterá um resumo de tudo o que nela tiver ocorrido.

2 – As atas são lavradas pelo secretário e postas à aprovação de todos os membros do conselho no final da respetiva reunião, sendo assinadas, após a aprovação, pelo presidente e pelo secretário.

3 – Os membros do Conselho podem fazer constar da ata o seu voto de vencido e as razões que o justifiquem.

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

CAPÍTULO IV

Disposições finais

Artigo 11º

Confidencialidade

1 - Sem prejuízo das regras de publicidade, todos os membros do CCA ficam sujeitos ao dever de sigilo decorrente do nº 3 do artigo 44º da Lei nº 66-B/2007 de 28 de dezembro.

2 - As reuniões do CCA não são públicas, salvo as entidades que o conselho entenda convocar.

3 – Ficam igualmente sujeitos ao dever de sigilo o secretário e todos os avaliadores a quem o CCA tenha solicitado colaboração, nos termos do artigo 8º deste Regulamento.

Artigo 12º

Relatório final

No final de cada período de avaliação, o CCA elabora o relatório da avaliação do desempenho, o qual integra o relatório de atividades do INSA, I.P..

Artigo 13º

Alterações

As alterações ao presente regulamento carecem de aprovação por maioria dos membros do Conselho, em reunião cuja convocatória conste explicitamente esse ponto.

Artigo 14º

Omissões



Aos casos omissos no presente regulamento, aplicar-se-ão as disposições legais relativas ao Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública, as normas relativas ao funcionamento dos órgãos colegiais constantes no Código do Procedimento Administrativo, bem como à Lei Orgânica do Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, I.P.

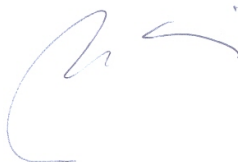
Artigo 15º

Entrada em vigor

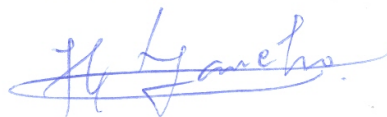
O presente regulamento entra em vigor no dia seguinte ao da sua aprovação pelo Conselho de Coordenação da Avaliação, sendo o texto original anexado à ata da reunião em que for aprovado.

INSA, IP, 18 de outubro de 2013


J. Pereira Miguel
Presidente do INSA






H. Gonçalves

